

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	52
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	259.638
Preferenciais	0
Total	259.638
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	3.044.196	3.100.454
1.01	Ativo Circulante	561.663	634.493
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.468	74.621
1.01.03	Contas a Receber	459.793	517.460
1.01.03.01	Clientes	441.916	505.181
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	517.096	555.393
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-75.180	-50.212
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.877	12.279
1.01.03.02.01	Contas a receber de partes relacionadas	4.560	1.819
1.01.03.02.04	Demais contas a receber	4.741	2.885
1.01.03.02.05	Cessão de crédito	8.576	7.575
1.01.04	Estoques	3.065	2.251
1.01.06	Tributos a Recuperar	43.337	40.161
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	43.337	40.161
1.02	Ativo Não Circulante	2.482.533	2.465.961
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	290.669	282.700
1.02.01.03	Contas a Receber	35.481	34.484
1.02.01.03.01	Clientes	35.481	34.484
1.02.01.06	Tributos Diferidos	135.689	128.295
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	135.689	128.295
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	119.499	119.921
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	23.602	19.042
1.02.01.09.04	Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920
1.02.01.09.05	Provisão para perdas sobre bens e direitos	-920	-920
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	95.897	100.879
1.02.02	Investimentos	380	380
1.02.02.01	Participações Societárias	380	380
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	380	380
1.02.04	Intangível	2.190.364	2.181.035
1.02.04.01	Intangíveis	2.190.364	2.181.035
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.190.364	2.181.035
1.02.05	Diferido	1.120	1.846

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	3.044.196	3.100.454
2.01	Passivo Circulante	689.778	887.274
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.395	7.249
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.395	7.249
2.01.02	Fornecedores	318.725	357.611
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	318.725	357.611
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	171.033	283.282
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	171.033	283.282
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	171.033	283.282
2.01.05	Outras Obrigações	189.625	239.132
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	228	315
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	228	315
2.01.05.02	Outros	189.397	238.817
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	80.634	91.724
2.01.05.02.05	Obrigações com fundo de pensão	30.229	32.125
2.01.05.02.06	Demais contas a pagar	12.874	12.473
2.01.05.02.07	Tributos a recolher	65.660	102.495
2.02	Passivo Não Circulante	977.495	869.267
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	740.015	637.299
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	740.015	637.299
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	740.015	637.299
2.02.02	Outras Obrigações	173.613	168.084
2.02.02.02	Outros	173.613	168.084
2.02.02.02.05	Obrigações com fundo de pensão	173.613	168.084
2.02.04	Provisões	63.867	63.884
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.867	63.884
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	13.654	13.592
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.905	33.282
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	17.308	17.010
2.03	Patrimônio Líquido	1.376.923	1.343.913
2.03.01	Capital Social Realizado	587.923	587.923
2.03.02	Reservas de Capital	2.194	2.194
2.03.02.07	Reserva incentivos fiscais	2.194	2.194
2.03.04	Reservas de Lucros	835.047	835.047
2.03.04.01	Reserva Legal	117.585	117.585
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	230.811	230.811
2.03.04.10	Reserva de expansão	486.651	486.651
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	50.415	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-98.656	-81.251

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	843.831	738.696
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-630.437	-543.947
3.03	Resultado Bruto	213.394	194.749
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-111.803	-99.770
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-101.592	-93.443
3.04.02.01	Despesa com pessoal	-28.597	-23.454
3.04.02.02	Entidade de previdência privada	-3.592	-2.245
3.04.02.03	Utilidade, materiais e serviços	-7.179	-6.205
3.04.02.04	Amortização do intangível	-14.994	-9.782
3.04.02.05	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-2.234	-233
3.04.02.06	Serviços e outros gastos	-44.996	-51.524
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	712	363
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.923	-6.690
3.04.05.01	Outras líquidas	-10.923	-6.690
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	101.591	94.979
3.06	Resultado Financeiro	-25.294	-28.604
3.06.01	Receitas Financeiras	4.363	6.955
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.657	-35.559
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	76.297	66.375
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.882	-22.800
3.08.01	Corrente	-24.310	-23.747
3.08.02	Diferido	-1.572	947
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	50.415	43.575
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	50.415	43.575
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	194,16000	167,83000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	50.415	43.575
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-17.405	-372
4.03	Resultado Abrangente do Período	33.010	43.203

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	37.715	66.044
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-84.645	-57.998
6.01.01.01	Juros pagos	-21.608	-3.107
6.01.01.02	IR e CS pagos	-63.037	-54.891
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.826	-4.890
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	37.300	-53.601
6.01.02.02	Tributos a recuperar e diferidos	47.907	51.432
6.01.02.03	Estoques	-814	-899
6.01.02.04	Outros ativos	2.690	-3.962
6.01.02.05	Fornecedores	-38.886	53.381
6.01.02.06	Obrigações trabalhistas	3.146	1.686
6.01.02.07	Tributos a recolher	-62.717	-50.814
6.01.02.08	Partes relacionadas	-2.828	-2.869
6.01.02.10	Outros passivos	377	698
6.01.02.11	Créditos restituíveis	-1.001	58
6.01.03	Outros	137.186	128.932
6.01.03.01	Lucro líquido antes do IR/CS	76.297	66.376
6.01.03.02	Juros, var. monet. e camb. sobre empréstimos	18.346	32.387
6.01.03.03	Contingências	-17	1.899
6.01.03.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.968	-1.673
6.01.03.05	Amortizações do intangível	30.882	28.039
6.01.03.08	Resultado na baixa do intangível	23	1
6.01.03.09	Baixa líquida de ativo intangível sem venda	23	7
6.01.03.10	Provisão atuarial do benefício pós emprego	3.248	1.896
6.01.03.11	Atualização monetária sobre depósito judicial	436	0
6.01.03.12	Instrumentos financeiros	-17.020	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-39.508	-48.927
6.02.01	Aquisições do ativo intangível	-39.508	-48.927
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.360	-16.642
6.03.01	Amortização de empréstimo	-6.270	-6.103
6.03.04	IRRF sobre JCP	-11.090	-10.539
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.153	475
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	74.621	98.093
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.468	98.568

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	587.923	2.194	835.047	0	-81.251	1.343.913
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	587.923	2.194	835.047	0	-81.251	1.343.913
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.415	-17.405	33.010
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.415	0	50.415
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-385	-385
5.05.02.06	Resultado fundo de pensão	0	0	0	0	-385	-385
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-17.020	-17.020
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-17.020	-17.020
5.07	Saldos Finais	587.923	2.194	835.047	50.415	-98.656	1.376.923

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	544.500	2.194	755.623	0	-44.453	1.257.864
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	544.500	2.194	755.623	0	-44.453	1.257.864
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	43.575	-372	43.203
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	43.575	0	43.575
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-372	-372
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-372	-372
5.07	Saldos Finais	544.500	2.194	755.623	43.575	-44.825	1.301.067

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	1.043.753	884.595
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.045.207	884.433
7.01.02	Outras Receitas	780	395
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.234	-233
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-824.395	-671.224
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-609.115	-520.482
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-215.280	-150.742
7.03	Valor Adicionado Bruto	219.358	213.371
7.04	Retenções	-30.882	-28.039
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-30.882	-28.039
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	188.476	185.332
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.305	6.955
7.06.02	Receitas Financeiras	3.305	6.955
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	191.781	192.287
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	191.781	192.287
7.08.01	Pessoal	28.710	23.836
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.345	17.359
7.08.01.02	Benefícios	5.864	5.104
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.501	1.373
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	81.348	87.057
7.08.02.01	Federais	55.307	50.759
7.08.02.02	Estaduais	25.627	35.865
7.08.02.03	Municipais	414	433
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.308	37.819
7.08.03.01	Juros	28.598	35.557
7.08.03.02	Aluguéis	2.710	2.262
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.415	43.575
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	50.415	43.575

Comentário do Desempenho

Em milhares de Reais

O volume total de gás vendido no primeiro trimestre foi de 940.759 mil metros cúbicos, com um aumento de 4,4% em comparação ao primeiro trimestre de 2017. O mercado convencional, isoladamente, apresentou um aumento de 2,4% frente ao mesmo período de 2017, com um volume total de 381.247 mil metros cúbicos, pelo efeito combinado de maior volume no segmento de GNV, Industrial e Doméstico e, menor volume consumido pelo segmento comercial. No mercado termelétrico, foi registrado um incremento em comparação com o primeiro trimestre de 2017, com despacho total de 559.511 mil metros cúbicos, 5,9% superior ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, a redução das chuvas, propiciando a redução dos reservatórios das hidrelétricas, o que fez com que o ONS acionasse mais as UTE's que estão na área de concessão da CEG. O mercado de GNV, industrial e doméstico registraram 364.848 metros cúbicos neste trimestre, apresentando um aumento de 3,2% frente ao mesmo período de 2017 e os mercados comercial apresentou uma redução de 12,9% em relação ao mesmo período de 2017, alcançando um volume de 16.399 mil metros cúbicos.

O resultado bruto apurado até o fechamento neste primeiro trimestre de 2018 foi de R\$ 213.394 mil, o que representa um aumento de 9,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia apresentou no trimestre um lucro líquido de R\$ 50.415 mil, superior em 15,7% ao obtido no mesmo período do ano anterior, principalmente por maior receita de venda de bens e serviços, melhor resultado financeiro.

O LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) no primeiro trimestre de 2018 atingiu o montante de R\$ 116.585 mil contra R\$ 104.761 mil em igual período de 2017.

Neste primeiro trimestre de 2017, os investimentos foram realizados principalmente em projetos recorrentes de manutenção e renovação de rede e ramais, saturação de clientes e em projetos de manutenções pontuais. Os investimentos realizados no primeiro trimestre de 2017 somaram R\$ 40.002 mil, 20,9% inferior quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao menor volume de projetos de manutenção de rede singulares.

A Companhia atingiu, ao final do primeiro trimestre de 2018, o total de 946 mil clientes o que representa um crescimento de 3,7% comparado ao mesmo período de 2017.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG ("CEG" ou "Companhia") tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo grupo GAS NATURAL FENOSA cuja sede temporariamente está localizada em Madri - Espanha, e está registrada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade destes;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota 13).

A Administração responsáveis por elaborar as informações trimestrais, nos termos da lei, aprovou sua conclusão e emissão no dia 11 de maio de 2018.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários e com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Políticas contábeis

Nas informações trimestrais, as políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Por isso, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não estão sendo apresentadas neste relatório trimestral as seguintes notas explicativas:

- Resumo das principais políticas contábeis;
- Estimativas e julgamentos contábeis críticos; e
- Cobertura de seguros.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação

2.2. Políticas contábeis--Continuação

A partir da adoção da nova norma CPC 48, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa passa a ter como base a perda esperada e não mais a incorrida. Sendo assim, a Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e registrou um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa no 1º trimestre de 2018, conforme quadro abaixo:

Mercado	Valor
Residencial	563
Comercial	3.064
Industrial	5.942
GNV	1.901
Órgão Público	3.033
Outros Clientes	2.517
Total	<u>17.020</u>

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira da Companhia, segundo as políticas discutidas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de março de 2018 não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

a) Risco de mercado

i) *Risco cambial*

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de março de 2018, não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos a variação cambial. A política adotada está descrita no item 3.1 acima.

ii) *Risco com taxa de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 7. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$128.115 em 31 de março de 2018 (R\$252.781 em 31 de dezembro de 2017). Deste montante R\$80.668 estão representados por dividendos a pagar aos acionistas da Companhia e as parcelas de curto prazo de seus financiamentos, em função da transferência de dívida de longo prazo para curto prazo, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo (R\$50.415 mil no trimestre findo em 31 de março de 2018, R\$338.847 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e R\$43.575 mil no trimestre findo em 31 de março de 2017). Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto as instituições financeiras. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de março de 2018			
Empréstimos e financiamentos	175.119	279.755	604.767
Fornecedores	318.725	-	-
Em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos e financiamentos	295.327	206.781	560.063
Fornecedores	357.611	-	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da Administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 31 de março de 2018, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$855.580, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de março de 2018, indicava uma taxa SELIC em 6,25%. A TJLP estimada é de 6,60%, cenário provável para o ano de 2018.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31/03/2018 - %	6,57	6,57	6,57
Dívida líquida - bancos	847.666	847.666	847.666
Taxa anual estimada do CDI em 31/03/2018 - %	6,25	7,81	9,38
Despesa financeira	2.713	10.532	23.777
IR e CS	922	3.581	8.084
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	1.790	6.951	15.693

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP em 31/03/2018 - %	6,75	6,75	6,75
Dívida líquida - BNDES	7.914	7.914	7.914
Taxa TJLP estimada em 31/03/2018 - %	6,60	8,25	9,90
Despesa financeira	12	119	249
IR e CS	4	40	85
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	8	79	164

(*) A taxa projetada do CDI é menor do que a atualmente vigente, motivo pelo qual é apresentada uma reversão de despesa financeira no cenário provável.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumariados:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	911.048	920.581
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(55.468)	(74.621)
Dívida líquida	855.580	845.960
Total do patrimônio líquido	1.376.923	1.343.913
Total do capital próprio e de terceiros	2.232.503	2.189.873
Índice de alavancagem financeira - %	38	39

O índice de alavancagem financeira no 1º trimestre de 2018 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2018 está dentro da expectativa da Administração.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a Companhia mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 16).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	55.468	74.621
<u>Empréstimos e recebíveis</u>		
Contas a receber de partes relacionadas	4.560	1.819
Demais contas a receber	4.741	2.885
Cessão de crédito	8.576	7.575
	<u>550.742</u>	<u>626.565</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Outros passivos financeiros</u>		
Empréstimos e financiamentos	911.048	920.581
Contas a pagar de partes relacionadas	228	53.490
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	331.599	370.084
	<u>1.242.875</u>	<u>1.344.155</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	32	18
Bancos	54.262	32.732
Aplicações financeiras	1.174	41.871
	<u>55.468</u>	<u>74.621</u>

Aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI, com possibilidade de resgate imediato.

6. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	382.574	343.469
Do setor público	13.799	15.432
	396.373	358.901
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	141.404	218.511
Do setor público	2.353	2.987
	143.757	221.498
Vendas de equipamentos	12.447	9.478
	552.577	589.877
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(75.180)	(50.212)
	477.397	539.665
Circulante	441.916	505.181
Não Circulante (a)	35.481	34.484
	477.397	539.665

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer		
Faturado	322.523	264.432
Não faturado	143.757	221.498
Vencidas		
Até três meses	28.812	46.509
De três a seis meses	8.093	7.226
Acima de seis meses (a)	49.392	50.212
	552.577	589.877

- (a) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa, com exceção de recebíveis em atraso de quatro postos de Gás Natural Veicular (GNV), no montante de R\$35.481, registrado no ativo não circulante, que estão sob disputa judicial e não estão incluídos como faturas vencidas no quadro acima.

Após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias. Ressalvados nas hipóteses de decisão judicial impeditiva de eventual suspensão.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Em 1º de janeiro	50.212	47.561
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	31.877	42.317
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(6.909)	(39.666)
Em 31 de março de 2018	<u>75.180</u>	<u>50.212</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

7. Tributos a recuperar

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PIS e COFINS (a)	17.951	17.647
FINSOCIAL (b)	13.136	13.136
ICMS a recuperar (c)	12.741	8.418
Contribuição Social (d)	12.798	10.293
Imposto de Renda Retido na Fonte (e)	5.339	4.735
Outros	4.974	4.974
	<u>66.939</u>	<u>59.203</u>
Circulante	43.337	40.161
Não circulante	23.602	19.042
	<u>66.939</u>	<u>59.203</u>

- (a) Refere-se a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizado os valores estimados.
- (b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 21.a.ii).
- (c) Refere-se, substancialmente, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$6.124 (R\$6.218 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$2.275 com expectativa de realização a curto prazo e R\$3.849 com expectativa a longo prazo. A Companhia possui ainda R\$809 (R\$809 em 31 de dezembro de 2017) referentes a créditos de ICMS sobre patrocínios acumulados e R\$5.808 decorrente de saldo credor de ICMS.
- (d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.
- (e) Refere-se a antecipações mensais de imposto de renda.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição

	31/03/2018	31/12/2017
Obrigações de fundo de pensão	87.172	85.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.766	7.013
Provisão para contingências	21.715	21.721
AVP Financeiro	3.774	3.896
Mudança de prática - novos CPCs (*)	(5.058)	(5.032)
Provisão de fornecedores	8.533	10.923
Outras	3.787	4.036
Ativo não circulante	<u>135.689</u>	<u>128.295</u>

(*) Os itens das mudanças de prática são:

	31/03/2018	31/12/2017
Receita de ajuste a valor presente	(1.001)	(989)
Juros e variação monetária Gasius	(4.057)	(4.043)
	<u>(5.058)</u>	<u>(5.032)</u>

b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos ativos sobre						
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	AVP Financeiro	Mudanças de práticas	Fornecedores	Outras provisões
Em 31 de dezembro de 2017	85.738	7.013	21.721	3.896	(5.032)	10.923	4.036
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.235	(15)	(6)	(122)	(26)	(2.390)	(249)
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	199	8.768	-	-	-	-	-
	<u>1.434</u>	<u>8.753</u>	<u>(6)</u>	<u>(122)</u>	<u>(26)</u>	<u>(2.390)</u>	<u>(249)</u>
Em 31 de março de 2018	<u>87.172</u>	<u>15.766</u>	<u>21.715</u>	<u>3.774</u>	<u>(5.058)</u>	<u>8.533</u>	<u>3.787</u>

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos fiscais diferidos--Continuação

c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2024, conforme demonstrado a seguir:

2018	11.509
2019	15.296
2020	14.433
2021	20.618
2022	20.618
2023	26.608
2024	26.607
	<u>135.689</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transação com partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar				
Gas Natural SDG, S.A.	112	-	-	4.111
Gás Natural Serviços Integrales	-	-	-	90
Gás Fenosa Engineering	-	-	17	-
CEG Rio S.A.	4.215	-	4.481	-
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	146	-	102	-
Gás Natural Serviços S.A.	84	-	746	-
Gás Natural do Brasil S.A.	3	-	5	110
Gás Natural Informática	-	228	-	-
	4.560	228	5.351	4.311
JCP e Dividendos				
Gás Natural DL S.A	-	43.091	-	-
Pluspetrol Energy	-	1.795	-	-
Dinâmica energia	-	8.112	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	27.492	-	-
Outras partes relacionadas	-	144	-	-
	-	80.634	-	-
Empréstimos e financiamentos				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 16)	-	8.427	-	-
Em 31 de março de 2018	4.560	89.288	5.351	4.311
Em 31 de dezembro de 2017	1.819	95.699	21.998	16.819

10. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	31/03/2018	31/03/2017
Honorários de diretoria	1.873	2.407
Honorários de diretoria estatutária	1.536	1.596
Planos de aposentadoria e pensão	49	67
Outros benefícios	245	1.354
	3.703	5.424

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Depósitos judiciais

	31/03/2018	31/12/2017
ICMS (a)	3.868	3.830
INSS (a)	21.001	20.853
Imposto de renda	5.759	5.625
Processo Administrativo - SRF (b)	7.722	7.665
CIDE (c)	11.255	11.196
Penhora Judicial (d)	12.069	14.074
Trabalhistas (e)	25.330	29.126
Outros	8.893	8.510
	95.897	100.879

- (a) Refere-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 21.a).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$3.294) e cíveis (R\$8.775).
- (e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Trimestre findo em 31 de março de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Serviços de passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Software em desenvolvimento (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	116.202	313	28.955	1.679.530	1.825.000	175.587	21.765	2.022.352
Aquisição	-	-	24.139	40.088	64.227	203.815	500	268.542
Baixa líquida	-	-	-	(66)	(66)	-	-	(66)
Transferência para intangível em operação	-	-	21.795	243.125	264.920	(243.125)	(21.795)	-
Amortização	(10.957)	(142)	(11.395)	(87.299)	(109.793)	-	-	(109.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	105.245	171	63.494	1.875.378	2.044.288	136.277	470	2.181.035
Saldo em 31 de março de 2018	105.245	171	63.494	1.875.378	2.044.288	136.277	470	2.181.035
Custo total	136.735	3.628	155.833	2.944.232	3.240.428	136.277	470	3.377.175
Amortização acumulada	(31.490)	(3.457)	(92.339)	(1.068.854)	(1.196.140)	-	-	(1.196.140)
Valor residual	105.245	171	63.494	1.875.378	2.044.288	136.277	470	2.181.035
Saldo em 1º de janeiro de 2018	105.245	171	63.494	1.875.378	2.044.288	136.277	470	2.181.035
Aquisição	-	-	455	8.141	8.596	30.971	(59)	39.508
Baixa líquida	-	-	-	(23)	(23)	-	-	(23)
Transferência para intangível em operação	-	-	41	28.717	28.758	(28.717)	(41)	-
Amortização	(2.819)	(31)	(4.180)	(23.126)	(30.156)	-	-	(30.156)
Saldo em 31 de março de 2018	102.426	140	59.810	1.889.087	2.051.463	136.531	370	2.190.364
Custo total	136.735	3.628	156.330	2.981.067	3.277.760	136.531	370	3.416.661
Amortização acumulada	(34.309)	(3.488)	(96.520)	(1.091.980)	(1.226.297)	-	-	(1.226.297)
Valor residual	102.426	140	59.810	1.889.087	2.051.463	136.531	370	2.190.364
Taxas anuais de amortização (%)	6,7	5,6,7	20					

- (a) Contrato para exploração de serviços públicos, possui um custo de aquisição no valor de R\$152.490 referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.
- (b) Serviços de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Trimestre findo em 31 de março de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total contrato de concessão
Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.890	7.977	1.365	14.547	6.194	8.125	5.158	1.630.863	3.211	1.679.530
Aquisição	-	-	-	14.515	1.744	-	418	21.901	1.510	40.088
Baixa líquida	-	-	-	(3)	-	-	(16)	(47)	-	(66)
Transferência para intangível em operação	-	9.036	-	-	-	-	-	234.089	-	243.125
Amortização	-	(759)	(83)	(9.204)	(2.048)	(1.231)	(1.757)	(70.199)	(2.018)	(87.299)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.890	16.254	1.482	19.855	5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
Custo total	1.890	43.477	11.569	131.239	32.399	19.246	20.458	2.670.658	13.296	2.944.232
Amortização acumulada	-	(27.223)	(10.087)	(111.384)	(26.509)	(12.352)	(16.655)	(854.051)	(10.593)	(1.068.854)
Valor contábil atual	1.890	16.254	1.482	19.855	5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.890	16.254	1.482	19.855	5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
Aquisição	-	-	-	7.889	17	-	-	-	235	8.141
Baixa líquida	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	(23)
Transferência para intangível em operação	-	452	-	-	-	-	-	28.265	-	28.717
Amortização	-	(236)	(21)	(5.439)	(512)	(300)	(430)	(15.861)	(327)	(23.126)
Saldo em 31 de março de 2018	1.890	16.470	1.461	22.305	5.395	6.594	3.373	1.828.988	2.611	1.889.087
Custo total	1.890	43.929	11.569	139.128	32.416	19.246	20.458	2.698.900	13.531	2.981.067
Amortização acumulada	-	(27.459)	(10.108)	(116.823)	(27.021)	(12.652)	(17.085)	(869.912)	(10.920)	(1.091.980)
Valor contábil atual	1.890	16.470	1.461	22.305	5.395	6.594	3.373	1.828.988	2.611	1.889.087
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

(d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de março de 2018 foram de R\$1.043 (R\$9.130 em 31 de dezembro de 2017) à taxa média de 8,11% (11,69% em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
De gás (a)	260.186	280.619
De materiais	1.168	4.329
De serviços	57.371	72.663
	<u>318.725</u>	<u>357.611</u>

(a) A Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 12º termo aditivo, celebrado entre as partes em 1º de junho de 2017. No qual, segue as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008.

14. Empréstimos e financiamentos

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	8.427	14.717
Linhas de crédito	902.621	905.864
	<u>911.048</u>	<u>920.581</u>
Total do passivo		
Circulante	171.033	283.282
Não circulante	740.015	637.299
	<u>911.048</u>	<u>920.581</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	31/03/2018		31/12/2017	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo Prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco Bradesco S.A.	-	100%	72.873	310.000	65.151	310.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	-	100%	2.803	150.000	5.255	150.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%	-	8.427		14.717	
Banco Santander S.A.	-	100%		135.215		132.499
ING Bank	-	100%	52.698		51.709	
Banco Intesa San Paolo	-	100%	832	40.000	54.694	
Banco Itaú	-	100%	1.673	44.800	745	44.800
Banco Scotiabank	-	100%	31.727	60.000	91.011	
Total empréstimos e financiamentos			<u>171.033</u>	<u>740.015</u>	<u>283.282</u>	<u>637.299</u>

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o 1º trimestre de 2018, com um custo médio de captação de 117% do CDI (115% em 31 de dezembro de 2017).

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	245.215	182.499
2020	494.800	454.800
	<u>740.015</u>	<u>637.299</u>

Mapa de movimentação dos empréstimos:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Amortização	(6.270)	(24.522)
Encargo provisionado	18.345	103.693
Encargo pago	(21.608)	(96.879)
	<u>(9.533)</u>	<u>(17.708)</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$40.000.

15. Tributos a recolher

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS	35.160	30.333
Imposto de renda a pagar	13.030	53.482
COFINS	8.446	8.899
PIS	1.827	1.929
CS/PIS/COFINS terceiros	1.304	1.722
INSS terceiros	757	1.218
ISS terceiros	871	1.075
Outros	4.265	3.837
	<u>65.660</u>	<u>102.495</u>

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/03/2018		31/03/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	76.297	76.297	66.375	66.375
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(19.074)	(6.867)	(16.594)	(5.974)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Adições permanentes	(90)	(32)	(189)	(68)
Incentivos fiscais	182	-	25	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	(18.982)	(6.899)	(16.758)	(6.042)
Alíquota efetiva	25	9	25	9

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de março de 2018 (e em 31 de dezembro de 2017) o capital social de R\$587.923 está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	<u>100,00%</u>

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.1. Capital social--Continuação

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

17.2. Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido.

d) Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.2. Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados--Continuação

d) Lucro por ação--Continuação

O cálculo básico de lucro por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período, conforme cálculo a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Numerador		
Lucro líquido	50.415	43.575
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias em reais	<u>0,19417</u>	<u>0,16783</u>

Nos períodos de 2018 e de 2017 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

18. Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	34	50
Assistidos	1.046	1.037
	<u>1.080</u>	<u>1.087</u>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

i) *Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)*

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações com fundo de pensão--Continuação

Planos de benefícios--Continuação

i) *Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)--Continuação*

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Esta contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

ii) *Plano de aposentadoria do ano 1990*

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

iii) *Prêmio aposentadoria*

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

iv) *Plano de saúde para aposentados*

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011, o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir desta data.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações com fundo de pensão--ContinuaçãoPlanos de benefícios--Continuaçãoiv) *Plano de saúde para aposentados--Continuação*

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Fundo de pensão (Gásius)	544	540
Assistência médica	1.867	1.726
	<u>2.411</u>	<u>2.266</u>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	6.068	6.099
Prêmio aposentadoria	2.017	1.970
Assistência médica para aposentados	195.757	192.140
	<u>203.842</u>	<u>200.209</u>
Circulante	30.229	32.125
Não circulante	173.613	168.084
	<u>203.842</u>	<u>200.209</u>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012 pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2017	200.209
Benefícios a pagar	3.633
Em 31 de março de 2018	<u>203.842</u>

A composição dos ativos do plano de pensão Gásius em 31 de março de 2018 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	251.928
Fundos de investimento de renda fixa	88.889
	<u>340.817</u>
Títulos de renda variável	84.177
Investimento imobiliário	32.549
Outros ativos	20.454
	<u>137.180</u>
	<u>477.997</u>

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	32.905	33.282
Cíveis	17.308	17.010
Tributárias	13.654	13.592
	<u>63.867</u>	<u>63.884</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.884
Adições	1.486
Baixas/reversões	(3.005)
Atualizações monetárias	1.502
Saldo em 31 de março de 2018	<u>63.867</u>

A Companhia possui R\$95.897 (R\$100.879 em 31 de dezembro de 2017) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Estes depósitos são atualizados monetariamente (Nota 11).

Alguns destes depósitos não possuem provisão devido a seus autos não terem a classificação de perda provável conforme avaliação da administração e seus consultores.

a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, ao questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma estimamos como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de março de 2018 é de R\$11.255 (R\$11.196 em 31 de dezembro de 2017) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 11.c).

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

a) Contingências tributárias--Continuação

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

Esfera	31/03/2018	31/12/2017
Federal	13.654	13.592
	13.654	13.592

i) *Contingências tributárias com êxitos possíveis*

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$72.550 em 31 de março de 2018 (R\$70.120 em 31 de dezembro de 2017).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de março de 2018 é de R\$16.056 (R\$15.934 em 31 de dezembro de 2017).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo artigo 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 31 de março de 2018 é de R\$8.479 (R\$8.404 em 31 de dezembro de 2017).
- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de março de 2018 é de R\$12.463 (R\$12.389 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

a) Contingências tributárias--Continuação

i) *Contingências tributárias com êxitos possíveis*--Continuação

Os valores dos demais processos classificados com chances de perda possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que tratam-se de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de perda possível, há o seguinte processo, cuja perda estimada foi classificada como remota e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado em 31 de março de 2018, é de R\$449.355 (R\$440.280 em 31 de dezembro de 2017) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de perda remota.

ii) *Programa de Recuperação Fiscal - REFIS*

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal (STF), que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

a) Contingências tributárias--Continuação

ii) *Programa de Recuperação Fiscal - REFIS*--Continuação

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Dessa forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo compensado parcialmente, restando em aberto o montante de R\$13.136 em 31 de março de 2018 (R\$13.136 em 31 de dezembro de 2017).

b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	42	42
Ex-empregados terceiros	733	741
Outros (Ministério Público, INSS)	12	12
	<u>787</u>	<u>795</u>

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

b) Contingências trabalhistas--Continuação

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ex-empregados CEG	5.338	5.847
Ex-empregados terceiros	<u>27.567</u>	<u>27.435</u>
	<u>32.905</u>	<u>33.282</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam em 31 de março de 2018 R\$70.265 (R\$73.228 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
 - (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.
 - (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
 - (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
 - (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.
- c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

c) Contingências cíveis--Continuação

A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a CEG a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer. O recurso manteve a decisão. Foi interposto pela CEG último recurso cabível em Brasília. Neste caso, foi celebrado acordo no valor de R\$4.000 em dezembro de 2016, e a Companhia aguarda a extinção do processo. (0149695-89.2001.8.19.0001)

- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito fatal ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então estatal. Em sentença a CEG foi condenada a pagar para cada autor a quantia de R\$30 a título de danos morais. Foi condenada, também, ao pagamento de pensão para os filhos do falecido na quantia de 0,78 salários mínimos desde a data do acidente além de uma prestação anual a título de 13º salário, até completarem 25 anos, data em que a pensão será convertida em favor da esposa do falecido. Condenada a pagar pensão para esposa do falecido no valor de 2,34 salários mínimos da data do acidente até a data que a vítima completaria 72,9 anos, além de uma prestação anual a título de 13º salário, além das custas processuais e honorários advocatícios. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da provisão é de R\$2.236. O processo está em fase de execução, apresentamos impugnação aos cálculos apresentados pela autora e este foi enviado para o contador judicial. Em decisão judicial, foi designada oportunidade para audiência especial (0020359-95.2002.8.19.0001).

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de perda possível no montante de R\$13.206 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

c) Contingências cíveis--Continuação

Além das contingências cíveis acima, a Companhia possui saldos a receber pela venda de gás a quatro postos de combustíveis do tipo GNV, no montante de R\$35.481 (Nota 7), que encontram-se, presentemente, em disputa judicial em decorrência de questionamento dos postos sobre o sistema de medição, cujo funcionamento foi referendado por peritos independentes. Parte do recebível, no montante de R\$1.649 mil, foi objeto de depósito judicial baixado em 2018 por resgate e a outra parte poderá ser realizada por meio de execução de garantias no decorrer da disputa judicial e/ou após a sua conclusão, cujo valor justo é superior ao valor do recebível. O prognóstico quanto ao desfecho da disputa é favorável à Companhia, tendo os postos já sido intimados a depositarem o valor em disputa enquanto aguardam a conclusão de perícia solicitada em juízo. Sobre esse recebível, cabe a incidência de multa e juros de mora, cujo total monta R\$12.963, não contabilizados até que a dívida dos postos seja liquidada. Considerando o andamento do processo, o prognóstico favorável à Companhia e as garantidas existentes, não foi registrada provisão para *impairment* do recebível.

20. Informações por segmento

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (933.167 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.420 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (299 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoelétrico (3 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (458 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Trimestre findo em 31 de março de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Informações por segmento--Continuação

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Segmentos	Margem por segmento 31/03/2018						Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	
Volumes m³ mil (não revisado)	23.851	16.399	109.135	289.413	231.861	-	670.659
Receita bruta	165.151	61.269	190.107	193.368	370.883	31.429	1.045.207
Deduções	(34.552)	(13.147)	(37.730)	(27.306)	(80.236)	(8.405)	(201.376)
Receita líquida	130.599	48.122	152.377	166.062	290.647	31.429	843.831
Custo	(33.449)	(21.414)	(128.679)	(153.785)	(261.133)	(31.429)	(630.437)
Resultado bruto	97.150	26.708	23.698	12.277	29.514	-	213.394
Despesas/receitas							(137.097)
Resultado antes da tributação							76.297
Provisão p/ IR e contribuição social							(25.882)
Lucro/prejuízo do período							<u>50.415</u>

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Trimestre findo em 31 de março de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Informações por segmento--Continuação**Margem por segmento 31/03/2017**

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (não revisado)	19.606	18.833	119.431	302.801	214.541	-	-	675.212
Receita bruta	130.240	58.696	171.954	165.252	290.271	39.848	28.172	884.433
Deduções	(27.090)	(12.551)	(34.792)	(826)	(62.826)		(7.652)	(145.737)
Receita líquida	103.150	46.145	137.162	164.426	227.445	39.848	20.520	738.696
Custo	(21.809)	(18.623)	(110.829)	(154.865)	(196.948)	(39.848)	(1.025)	(543.947)
Resultado bruto	81.341	27.522	26.333	9.561	30.497	-	19.495	194.749
Despesas/receitas								(128.374)
Resultado antes da tributação								66.375
Provisão p/ IR e contribuição social								(22.800)
Lucro/prejuízo do período								43.575

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Informações por segmento--Continuação

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas de serviços	30.382	25.417
Receitas de serviços taxados	2.511	2.516
Receita de aluguéis	107	239
	<u>33.000</u>	<u>28.712</u>

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

21. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da receita líquida

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Venda de gás	980.778	816.413
Contratos de construção	31.429	39.848
Outras receitas (a)	33.000	28.172
Total receita bruta	<u>1.045.207</u>	<u>884.433</u>
(-) Deduções da receita bruta	(201.376)	(145.737)
Receita líquida	<u>843.831</u>	<u>738.696</u>

(a) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), onde o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobrás. Ademais, é registrado nesta linha receitas provenientes de partes relacionadas e demais prestações de serviços.

22. Custo

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Compra de gás e de serviços	577.686	480.632
Custo dos contratos de construção	31.429	39.848
Custo de pessoal	5.434	5.210
Custo de amortização do intangível	15.888	18.257
	<u>630.437</u>	<u>543.947</u>

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos e contingências

23.1. Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1º de junho de 2017 foi celebrado o Termo Aditivo nº 12 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, no qual as partes acordam em aumentar a quantidade diária contratual. Esse aditivo se encontrava vigente na data de encerramento do trimestre.

Pelo Aditivo nº 12 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se comprometeu para o ano de 2017: (i) a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM); (ii) a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, 95% da QDC.

Ao final do trimestre, com os dados reais apurados, não houve pagamento de RMM.

23.2. Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido). A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Dessa forma, na Terceira Revisão Quinquenal de tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que alterou os compromissos regulatórios assumidos nos aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC aos municípios de Maricá e de Mangaratiba.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos e contingências--Continuação

23.2. Compromisso com Poder Concedente--Continuação

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 2013-2017, prevê um montante de investimento correspondente a R\$977.222 (moeda de dezembro de 2011, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), já ajustado pela assinatura do 3º Termo aditivo, tendo sido realizado até dezembro de 2017, 95% deste valor.

23.3. Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro ("AGENERSA"), por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofreram uma redução de 1,99%.

No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

Em razão do atraso para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia arrecadou um montante financeiro superior ao devido, desta forma, assim a AGENERSA também determinou um fator de retroatividade que será aplicado às margens durante os anos 2014/2017, o que representa uma redução adicional de 3,60%.

No segundo semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Despesa de pessoal	28.597	23.454
Serviços profissionais e contratados	25.701	30.454
Amortização do intangível	14.994	9.782
Serviços e outros gastos	9.760	12.587
Serviços de manutenção	9.535	8.483
Utilidades, materiais e serviços	7.179	6.205
Entidade de previdência privada	3.592	2.245
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.234	233
	<u>101.592</u>	<u>93.443</u>

25. Outras despesas, líquidas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Impostos e taxas (a)	3.481	1.601
Ganho na alienação de intangível	23	7
Indenização a terceiros	6.205	3.746
Despesa com impostos	107	379
Outras receitas operacionais	(712)	(363)
Outras despesas operacionais	1.107	957
	<u>10.211</u>	<u>6.327</u>

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em novembro de 2016, gerando variação relevante frente ao período de comparação.

26. Resultado financeiro

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	327	1.552
Atualizações monetárias e cambiais ativas	490	1.114
Receita de juros e encargos	3.010	3.446
Outras receitas financeiras	536	843
	<u>4.363</u>	<u>6.955</u>
Despesas financeiras		
Juros de empréstimo	(17.052)	(26.136)
IOF	(335)	(1.129)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(3.075)	(1.474)
Fiança bancária	(6.689)	(5.724)
Outras despesas financeiras	(2.506)	(1.096)
	<u>(29.657)</u>	<u>(35.559)</u>
	<u>(25.294)</u>	<u>(28.604)</u>

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Trimestre findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Em reais Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	818.260
Responsabilidade civil geral (*)	326.808
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes (**)	94.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

(**) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG, CEG RIO, GNSPS e GNS

28. Eventos subsequentes

Foi aprovada, por unanimidade, na assembleia geral ordinária realizada em 27 de abril de 2018 a destinação do lucro líquido do exercício de 2017 da seguinte forma:

- R\$81.144 destinados a distribuição como juros sobre capital próprio (JCP) a todos os acionistas a serem pagos em parcela única em 25 de julho de 2018.
- R\$16.313 destinados à constituição de reserva legal.
- R\$144.630 a serem distribuídos como dividendos a todos os acionistas a serem pagos em parcela única em 19 de dezembro de 2018.
- R\$ 96.760 a serem contabilizados em reserva de expansão.

Jorge Henrique Baeta
Diretor Econômico-financeiro de RI

Maria Cecília Fontes Pinheiro
Contadora - CRC-70616/O-0 RJ

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Conselheiros, Administradores e Acionistas da

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Rio de Janeiro, RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Distribuidora de Gás S.A. – CEG (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (“CPC 21”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o período de três meses findos em 31 de março de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 21 de março de 2018 e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias em 11 de maio de 2017, ambos sem modificação.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ090174/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2018 LAVRADA EM FORMA SUMÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: Aos 09 (nove) dias do mês de maio de 2018, às 09:30h (nove horas e trinta minutos), no endereço, Avenida Presidente Vargas, nº 1001, sala 801, Centro - Rio de Janeiro/RJ.

PRESENCAS: Conselheiros representando a totalidade dos membros existentes no Conselho Fiscal, conforme assinaturas constantes ao final desta ata. Além dos Conselheiros, encontravam-se também presentes à reunião os Srs. Glaucio D. Silva e Tatiana Henriques, representantes dos Auditores Independentes, a Sra. Samasse Leal, representante da Diretoria Econômico Financeira e Relação com Investidores, a Sr. Philippe Holanda, representante da Diretoria de Serviços Jurídicos, Sra. Anna Maria Ruivo, representante do Controle de Gestão e os Srs. Josimar e Maria Cecília representantes da área de contabilidade da Companhia.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Renato Achutti, que convidou o Sr. Philippe Holanda para secretariar a reunião, sob aprovação unânime dos presentes.

ORDEM DO DIA: 1) Aprovação das Informações Trimestrais – ITR do 1º Trimestre de 2018; 2) Apresentação dos resultados acumulados do 1º Trimestre de 2018; e 3) Aprovação do cronograma das próximas reuniões para aprovação das ITR's.

MANIFESTAÇÕES E SOLICITAÇÕES: 1) Foram analisadas, pelos conselheiros, as Informações Trimestrais – ITR do 1º Trimestre de 2018, sendo prestados os respectivos esclarecimentos pelo representante do Auditor Independente, que informou que o Parecer será emitido sem ressalvas; 2) Foram apresentados os resultados acumulados do 1º Trimestre de 2018.

DELIBERAÇÕES: 1) Os Conselheiros Fiscais presentes, por unanimidade, manifestaram-se, favoravelmente às Informações Trimestrais relativas ao 1º Trimestre de 2018; e 2) Foi aprovado o cronograma das próximas reuniões para aprovação das ITR's, que se realizarão nos dias 09.08.2018 e 09.11.2018, às 09:30h; 3) Os Conselheiros solicitaram: (a) A respeito da nota 10 da ITR a alteração da informação para apresentar a comparação entre os trimestres encerrados em 31.03.2018 e 31.03.2017 no lugar do último trimestre do ano anterior (31.12.2017); (b) Apresentar o histórico do processo citado na nota 11, letra b; (c) Relativamente a nota 18 serão corrigidas as linhas "Prêmio de Aposentadoria" e "Assistência médica para aposentados", bem como serão prestadas informações adicionais. 4) Foram apresentados os resultados do trimestre; 5) Os Conselheiros solicitaram uma apresentação sobre a Auditoria Interna e Compliance da Companhia.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Reunião, lavrando-se a presente ata, que vai assinada por todos os Conselheiros, tendo sido lida e achada conforme por todos os presentes.

Rio de Janeiro (RJ), 09 de maio de 2018.

Felipe Kfuri Moreira da Silva Murici dos Santos

Renato Achutti Philippe Holanda - Secretário

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, com base no seu trabalho de acompanhamento, nos esclarecimentos e nas informações prestadas pela Administração da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo na data mencionada anteriormente, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, além da demonstração intermediária do valor adicionado, manifestaram-se, por unanimidade, favoravelmente às Informações Trimestrais relativas ao 1º Trimestre de 2018.

Rio de Janeiro (RJ), 09 de maio de 2018.

Felipe Kfuri Moreira da Silva Murici dos Santos

Renato Achutti

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na forma do disposto no inciso VI, §1º, art.25 da Instrução CVM nº480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram, e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia e que o conjunto das informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na forma do disposto no inciso VI, §1º, art.25 da Instrução CVM nº480/09 os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram, e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pelos auditores independentes Ernst & Young – Auditores Independentes, não havendo discordância a respeito das mesmas.